



Presidência da República

Mensagem ao Congresso Nacional

2009



Presidência da República

Mensagem ao Congresso Nacional



2009



Copyright © 2009 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original (www.presidencia.gov.br).

Tiragem: 4.000 exemplares
Impresso no Brasil

Dados Internacionais de catalogação na publicação (CIB)

B823m Brasil. Presidente (2003 - .L. I. Lula da Silva)

Mensagem ao Congresso Nacional, 2009 : 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria-Geral da Presidência da República, 2009.

308p. (Documentos da Presidência da República)

1. Mensagem Presidencial - Brasil, 2009. 2. Desenvolvimento Econômico - Brasil. 3. Desenvolvimento Sustentável - Brasil. 4. Política Econômica - Brasil. 5. Inclusão Social - Brasil. 6. Política Social - Brasil. 7. Crescimento Econômico - Brasil. I. Silva, Luiz Inácio Lula da, 1945-. II. Título

CDD - 341.25117



República Federativa do Brasil

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva

Ministro de Estado da Justiça

Tarso Fernando Herz Genro

Ministro de Estado da Defesa

Nelson Jobim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

Ministro de Estado dos Transportes

Alfredo Pereira do Nascimento

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Reinhold Stephanes

Ministro de Estado da Educação

Fernando Haddad

Ministro de Estado da Cultura

João Luiz Silva Ferreira

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Carlos Lupi

Ministro de Estado da Previdência Social

José Barroso Pimentel

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Patrus Ananias de Sousa

Ministro de Estado da Saúde

José Gomes Temporão

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Miguel Jorge

Ministro de Estado de Minas e Energia

Edison Lobão

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado das Comunicações

Hélio Calixto da Costa

Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Sergio Machado Rezende

Ministro de Estado do Meio Ambiente
Carlos Minc

Ministro de Estado do Esporte
Orlando Silva de Jesus Júnior

Ministro de Estado do Turismo
Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho

Ministro de Estado da Integração Nacional
Geddel Quadros Vieira Lima

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Guilherme Cassel

Ministro de Estado das Cidades
Marcio Fortes de Almeida

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Dilma Vana Rousseff

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Luiz Soares Dulci

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
José Múcio Monteiro

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Franklin Martins

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Jorge Armando Felix

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Roberto Mangabeira Unger

Advogado-Geral da União
José Antonio Dias Toffoli

Ministro de Estado do Controle e da Transparência
Jorge Hage Sobrinho

Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Edson Santos de Souza

Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Nilcéa Freire

Secretário Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
Altemir Gregolin

Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Secretário Especial de Portos da Presidência da República
Pedro Brito Nascimento

Sumário

Apresentação, 9

I – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO SOCIAL

II – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES

1. Política de Desenvolvimento Produtivo, 25
 - a) Inovação Tecnológica e Propriedade Industrial, 27
 - b) Fomento aos Investimentos, 29
 - c) Política de Comércio Exterior, 31
 - d) Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, 34
2. Agronegócio, 35
 - a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização, 36
 - a.1) Crédito Rural, 36
 - a.2) Apoio à Comercialização, 36
 - a.3) Apoio à Cafeicultura, 37
 - a.4) Reestruturação de Dívidas Rurais, 37
 - b) Gerenciamento de Riscos Climáticos, 37
 - b.1) Zoneamento Agroclimático, 37
 - b.2) Seguro Rural, 38
 - c) Defesa Agropecuária, 38
 - c.1) Ações de Saúde Animal, 39
 - c.2) Ações de Sanidade Vegetal, 40
 - c.3) Qualidade de Insumos e Produtos Agropecuários, 40
 - c.4) Sistema Laboratorial e Vigilância Internacional, 41
 - c.5) Programa Mais Ciência, Mais Tecnologia, 42
 - d) Fomento e Produção Agropecuária Integrada, 42
 - e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio, 42
 - f) Pesquisa Agropecuária, 46
 - g) Agroenergia, 47
 - g.1) Complexo Sucroalcooleiro, 47
 - g.2) Biodiesel, 47
3. Turismo, 48
 - a) Planejamento e Gestão da Política Nacional de Turismo, 48
 - b) Regionalização e Ordenamento Turístico, 49
 - c) Cooperação Técnica Internacional, 50
 - d) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro, 50
 - e) Promoção Internacional, 50
 - f) Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo, 51
 - g) Captação de Financiamentos e Promoção de Investimentos, 51
 - h) Infra-estrutura do Turismo, 52
 - i) Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo, 52
 - j) Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI), 52
4. Trabalho e Emprego, 53
 - a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal, 54
 - b) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda, 54
 - c) Valorização do Salário Mínimo, 55
 - d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores, 56
 - e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho, 58
 - f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem Inclusão Social, 58
 - g) Estímulo à Economia Solidária, 60
5. Inclusão Bancária e Microcrédito, 61
 - a) Acesso aos Serviços Bancários: Contas Simplificadas, 62
 - b) Microcrédito e Microfinanças, 63
 - b.1) Fortalecimento do Microcrédito Produtivo, 63
6. Incentivo à Aqüicultura e à Pesca, 64
 - a) Fortalecimento do Setor da Pesca, 65
 - b) Incentivo ao Consumo de Pescados, 66
 - c) Investimento na Cadeia Produtiva, 66
 - d) Ordenamento, Monitoramento e Controle da Atividade Pesqueira, 66
 - e) Política Internacional da Pesca, 67
7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária, 67
 - a) Agricultura Familiar, 67
 - a.1) Ampliação do Crédito, 68
 - a.2) Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), 69
 - a.3) Garantia-Safra, 69
 - a.4) Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), 69
 - a.5) Apoio à Comercialização, 70
 - a.6) Biodiesel e Agricultura Familiar, 70
 - a.7) Programa de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), 71
 - a.8) Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Quilombolas, 71
 - a.9) Segurança Alimentar, 71
 - b) Reforma Agrária, 72
 - b.1) Assentamentos e Incorporação de Terras à Reforma Agrária, 72
 - b.2) Investimentos em Qualidade dos Assentamentos, 72

- b.2.1) Assistência Técnica, 72
 - b.2.2) Infra-estrutura, 72
 - b.2.3) Educação, 73
 - b.3) Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), 73
 - b.4) Regularização Fundiária, 73
 - c) Cooperativismo da Agricultura Familiar, 74
 - d) Projeto Dom Hélder Câmara, 74
 - e) Articulação Internacional, 74
 - e.1) Integração Regional, 75
 - e.2) Cooperação Internacional, 75
- 8. Desenvolvimento Regional, 76
 - a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional, 76
 - b) Amazônia, 78
 - c) Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, 78
 - d) Infra-estrutura Hídrica, 79
 - e) Defesa Civil, 81
- 9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável, 82
 - a) Plano Nacional sobre Mudanças do Clima, 82
 - b) Unidades de Conservação, 83
 - c) Combate ao Desmatamento, 84
 - d) Espécies Ameaçadas de Extinção, 84
 - e) Fiscalização, 85
 - f) Resíduos Sólidos Urbanos, 86
 - g) Recursos Hídricos, 86
 - g.1) Revitalização de Bacias Hidrográficas, 87
 - h) Licenciamento Ambiental, 87
 - i) Povos e Comunidades Tradicionais, 88
 - j) Zoneamento Ecológico e Econômico, 89
 - k) Concessão Florestal, 90
 - l) Esfera Internacional, 90
 - m) Protocolo Verde, 91
- 10. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, 91
 - a) Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, 92
 - b) Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas, 94
 - c) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas, 95
 - d) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, 98

III – CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

- 1. Agenda Social, 101
 - 1.1. Redução das Desigualdades, 101
 - a) Transferência de Renda: o Programa Bolsa Família, 103
 - a.1) Cadastro Único para Programas Sociais, 105
 - b) Geração de Oportunidades às Famílias Pobres, 105
 - c) Ampliação dos Serviços Socioassistenciais, 107
 - d) Segurança Alimentar e Nutricional, 109
 - e) Programa Territórios da Cidadania, 110
 - 1.2. Juventude, 112
 - 1.3. Direitos de Cidadania, 112
 - a) Mulheres, 112
 - b) Quilombos, 115
 - c) Povos Indígenas, 116
 - d) Criança e Adolescente, Pessoas com Deficiência e Documentação Civil Básica, 116
 - 1.4. Cultura, 117
 - 1.5. Educação, 118
 - 1.6. Saúde, 118
 - 1.7. Segurança Pública, 119
- 2. Juventude, 121
 - a) Política Nacional de Juventude, 121
 - b) ProJovem Integrado, 122
- 3. Educação, 123
 - a) Educação Básica, 123
 - b) Educação Superior, 128
 - c) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, 130
 - d) Educação Profissional e Tecnológica, 131
 - e) Educação e Diversidade, 131
 - f) Cooperação Internacional, 132
 - g) Financiamento da Educação, 133
 - h) Democratização da Gestão Nacional da Educação, 134
 - i) Indicadores e Avaliações, 135
 - j) Ações Integradas, 137
- 4. Saúde, 138
 - a) Atenção básica, 138
 - a.1) Saúde da Família, 138
 - a.2) Saúde Bucal, 139
 - a.3) Alimentação e Nutrição, 139
 - a.4) Hipertensão e Diabetes, 139
 - a.5) Saúde Mental, 140

- a.6) Saúde da Criança, 140
 - a.7) Saúde da Pessoa com Deficiência, 140
 - a.8) Saúde do Idoso, 141
 - a.9) Saúde do Homem, 141
 - b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade, 141
 - b.1) Saúde Auditiva, 142
 - b.2) Saúde Ocular, 142
 - b.3) Política Nacional de Atenção Oncológica, 142
 - b.4) Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal, 143
 - b.5) Hospitais de Ensino, 143
 - b.6) Hospitais Filantrópicos, 143
 - b.7) Terapia Intensiva, 143
 - b.8) Atenção às Urgências e às Emergências, 144
 - b.9) Transplantes, 144
 - b.10) Sangue e Hemoderivados, 144
 - c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, 145
 - d) Desenvolvimento e Inovação no Complexo Industrial da Saúde, 145
 - e) Assistência Farmacêutica, 147
 - f) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, 147
 - g) Vigilância Sanitária, 151
 - h) Desenvolvimento e Qualificação do Pessoal Atuante no SUS, 151
 - i) Apoio aos Fundos de Saúde, 152
 - j) Gestão, Participação Popular, Monitoramento, Ouvidoria e Auditoria do SUS, 153
 - k) Saúde Suplementar, 153
5. Políticas Afirmativas, 154
- a) Igualdade Racial, 154
 - a.1) Programa Brasil Quilombola, 155
 - b) Igualdade de Gênero, 156
 - b.1) Educação e Cultura, 156
 - b.2) Trabalho, 157
 - b.3) Saúde, 158
 - b.4) Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, 158
 - b.5) Estudos e Pesquisas, 159
 - b.6) Internacional, 160
 - c) Povos Indígenas, 160
6. Direitos Humanos, 162
- a) Atuação Internacional, 164
 - b) Pauta Legislativa, 164
7. Previdência Social, 165
- a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS), 165
 - b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), 167
 - c) Previdência Complementar, 167
 - d) Atendimento ao Cidadão, 168
8. Cultura, 169
9. Esporte, 172
10. Energia – Luz para Todos, 174
11. Inclusão Digital, 175
12. Justiça e Segurança Pública, 176
- a) Sistema Único de Segurança Pública, 176
 - b) Sistema Penitenciário Federal, 177
 - c) Combate à Criminalidade, 178
 - d) Combate à Pirataria, 179
 - e) Reforma do Poder Judiciário e Aperfeiçoamento da Legislação Infraconstitucional, 179
 - f) Democratização do Acesso à Justiça, 179
 - g) Cooperação Jurídica Internacional, 180
 - h) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica, 181
13. Prevenção Quanto ao Uso de Drogas, 182

IV – INFRA-ESTRUTURA

1. Energia, 187
- a) Energia Elétrica, 187
 - a.1) Geração e Transmissão, 188
 - a.2) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão, 188
 - a.3) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão, 190
 - a.4) Planejamento do Setor Elétrico, 190
 - a.5) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico, 190
 - a.6) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), 190
 - a.7) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico, 191
 - b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis, 192
 - b.1) Décima Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios e Terceira Rodada de Campos Marginais, 193
 - b.2) Marco Legal do Setor de Petróleo e Gás, 193
 - b.3) Infra-estrutura de Transporte de Gás Natural, 194
 - b.3.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL), 194
 - b.4) Refino, HBIO, Plangás e Petroquímica, 195
 - b.5) Regulação, Fiscalização e Expansão do Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, 195
 - b.6) Biocombustíveis, 197
 - b.6.1) Biodiesel, 197
 - b.6.2) Etanol, 199
 - c) Geologia e Recursos Minerais, 200

2. Transportes, 201
 - a) Transporte Rodoviário, 201
 - a.1) Investimentos nos Empreendimentos Rodoviários – Construção e Adequação, 202
 - a.2) Concessões Rodoviárias, 206
 - a.3) Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV) e Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (PROCREMA), 206
 - a.4) Sinalização nas Rodovias Federais (Pró-Sinal), 207
 - a.5) Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem, 207
 - a.6) Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros, 207
 - b) Transporte Ferroviário, 207
 - c) Transporte Hidroviário, 208
 - d) Fomento à Indústria Naval, 209
 - e) Infra-estrutura Portuária, 209
3. Aviação Civil e Infra-estrutura Aeroportuária, 210
4. Comunicações, 213
 - a) Universalização dos Serviços de Telecomunicações, 213
 - b) Avanços na Regulação, 214
 - c) TV Digital, 216
 - d) Serviços Postais, 216
 - d.1) Universalização dos Serviços Postais, 216
 - d.2) Exportações por Remessas Postais, 217
 - d.3) Inovações dos Serviços, 217
 - e) Radiodifusão e Emissoras Comunitárias, 217
 - e.1) Radiodifusão Comunitária, 217
 - e.2) Demais Serviços de Radiodifusão, 217
5. Saneamento, 218
6. Habitação, 220
7. Planejamento e Gestão Territorial Urbana, 225
8. Mobilidade Urbana, 227
9. Trânsito, 228

V – POLÍTICA EXTERNA E SOBERANIA

1. Política Externa, 233
2. Soberania, 238

VI – DEMOCRACIA E DIÁLOGO

1. Articulação com a Sociedade Civil, 247
2. Diálogo Internacional, 247
3. Relações Institucionais, 248
 - a) Atuação junto ao Poder Legislativo, 248
 - b) Articulação Federativa, 250
4. Informação ao Cidadão, 251
5. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), 253
6. Conferências Nacionais e Encontros, 253

VII – GESTÃO DO ESTADO E COMBATE À CORRUPÇÃO

1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos, 259
2. Informatização de Serviços – Investimento em TI, 260
3. Transparência na Administração e Controle Social, 261
4. Produção e Disseminação de Informações, 263
5. Valorização dos Servidores, 263
6. Gestão, 265
 - a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão, 265
 - b) Gestão do Patrimônio da União, 266
 - c) Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação, 267
7. Combate à Corrupção, 268
 - a) Auditorias, 269
 - b) Medidas Corretivas, 270
 - c) Ações de Capacitação e Prevenção, 271
 - d) Ações de Ouvidoria, 272
 - e) Combate à Lavagem de Dinheiro, 272
 - f) Combate aos Crimes Contra a Previdência Social, 273
8. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa Judicial da União, 273

ANEXO

Minhas senhoras e meus senhores,

Pela sétima vez, sinto-me honrado e tenho a enorme satisfação de me dirigir ao Congresso Nacional com o objetivo de prestar contas das ações do Executivo e apresentar nossos planos e expectativas para este ano que se inicia.

Chegamos a 2009, após seis anos de trabalho duro, com o Brasil capaz de dar continuidade ao desenvolvimento, enfrentando – com firmeza e otimismo – o grave momento pelo qual a economia mundial vem passando.

Essa situação do nosso País, que seguramente anima a todos, é resultado de um enorme esforço coletivo, não somente do Governo Federal, mas do Legislativo, do Judiciário, dos Governos Estaduais, Municipais e de toda a sociedade, que se mostra cada vez mais consciente e atuante. Decorre igualmente dos avanços da democracia entre nós, que contribuem para fortalecê-la e consolidá-la ainda mais.

Ao longo desta Mensagem ao Congresso Nacional, será possível conhecer em detalhes as transformações que esta grande empreitada coletiva imprimiu ao Brasil a partir de 2003 – e mais especificamente os indicadores e as ações que marcaram o ano de 2008.

As ações e indicadores aqui presentes formam o retrato de um País mais forte, justo e soberano. Um País com crescente igualdade social e regional. E que defende, sempre com maior força, os direitos dos seus cidadãos.

Juntos, reencontramos a trilha do verdadeiro desenvolvimento. E hoje somos internacionalmente reconhecidos como um dos países mais preparados para superar essa crise gerada no coração do sistema financeiro do hemisfério Norte.

A inflação está sob controle. Há seis anos consecutivos, ela se encontra dentro das metas previstas – e assim deve continuar. E o crescimento da economia tem se dado a taxas robustas – as maiores dos últimos 30 anos – e de forma sólida, constante e com inclusão social.

Apenas nos primeiros nove meses de 2008, a produção cresceu 6,4% em relação a igual período do ano anterior. É inevitável que a economia desacelere, mas estamos fazendo todos os esforços para continuar crescendo e para que o povo brasileiro não perca as conquistas deste período.

Nesse sentido, é importante deixar claro que se não tivéssemos criado o PAC em 2007, teríamos que criá-lo agora, em uma conjuntura muito mais complicada. Nos doze meses encerrados em outubro de 2008, os empenhos em obras do PAC foram 34,3% maiores do que no mesmo período do ano anterior – e os pagamentos cresceram 87%. Em setembro de 2008, 83% das ações desse programa se revelaram dentro de um ritmo adequado.

A descoberta do petróleo na camada do Pré-sal, por sua vez, abriu um novo – e extraordinário – horizonte para toda a nossa indústria de base.

Assim como o investimento produtivo – seja estatal ou privado –, o crédito se expandiu fortemente nos últimos anos, dando o fôlego necessário ao dinamismo da economia e ao mercado interno. E, para tanto, contou com um grande apoio dos bancos públicos.

O fortalecimento do nosso mercado interno não pode ser desvinculado das políticas de combate à pobreza, geração de renda e garantia de condições de vida dignas para amplos setores da nossa sociedade.

O Programa Bolsa Família, a política de recuperação do valor do salário mínimo, a expansão do crédito para a agricultura familiar, por meio do Pronaf, e programas como o Territórios da Cidadania, entre outras iniciativas, tiveram enorme relevância na expansão da renda e do poder aquisitivo dos setores mais pobres da população.

Não é por acaso, portanto, que nossos indicadores sociais mostram avanços notáveis. O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, vem caindo há seis anos consecutivos. E o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas demonstrou que a pobreza nas seis principais regiões metropolitanas do País caiu de 35% da população em 2003 para 24,1% em 2008.

Quando a crise internacional chegou aqui, portanto, encontrou um País muito mais justo e com um mercado interno sólido que, ao lado do crédito e do investimento produtivo, deram suporte ao crescimento. Mais do que isso, encontrou a economia preparada para enfrentá-la.

Nosso sistema bancário é saudável; o emprego, a renda, o consumo, o investimento e a produção se expandiram vigorosamente nos últimos anos.

Colocamos as contas públicas em ordem. Fizemos os superávits necessários. Aumentamos e diversificamos as exportações brasileiras. Expandimos o comércio não apenas para os Estados Unidos e Europa, mas principalmente para a América Latina, Ásia e África.

Outro trunfo do Brasil são nossas grandes reservas em moeda internacional. Quando assumimos o Governo, o Brasil devia ao FMI e ao Clube de Paris. Zeramos essas dívidas. E, desde 2003, nossas reservas foram multiplicadas por cinco. Hoje chegam a US\$ 207 bilhões.

Como resultado, podemos hoje contar com uma significativa margem de manobra para vencer este desafio. É nisso que já estamos trabalhando. E é nesta tarefa que continuaremos empenhados.

Desde o primeiro momento da crise, adotamos medidas de emergência para restabelecer a normalidade do crédito. Atuamos rapidamente para apoiar as empresas exportadoras no momento em que o crédito internacional se contraiu.

Agimos também para manter o nível de atividade nos setores que geram mais empregos e têm maior repercussão sobre o conjunto da economia, como a agricultura, a construção civil e a indústria automobilística.

Os bancos estatais ampliaram linhas de apoio ao investimento e ao capital de giro. Baixamos impostos para que as empresas e os consumidores pudessem manter o dinamismo da economia.

O Governo reiterou seu compromisso com todos os investimentos previstos no PAC e nos programas sociais.

Este é o motivo pelo qual podemos afirmar a todos os brasileiros e brasileiras que a crise, embora séria, deve continuar a ser enfrentada com serenidade.

Contamos com instituições democráticas sólidas, capazes de conduzir o País neste momento e colocar em prática as medidas que nos permitirão superar a crise.

O Congresso Nacional, neste sentido, vem cumprindo um importante papel. Contribui de modo fundamental no debate sobre as medidas a serem tomadas e atua com agilidade e dedicação na tramitação das pautas mais urgentes.

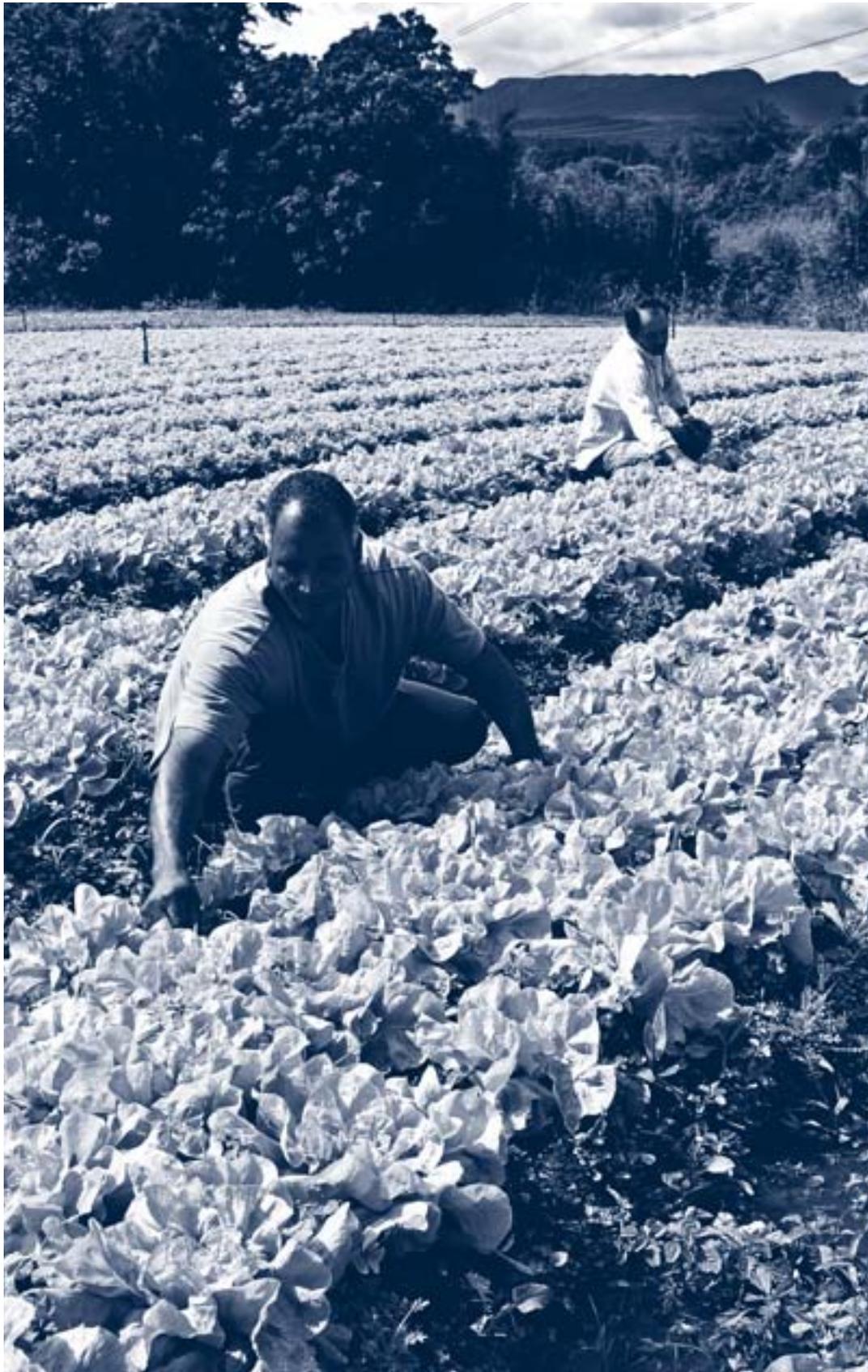
Vivemos um período de intensos esforços políticos e administrativos em defesa das conquistas de todos os brasileiros. E a cada momento precisamos redobrar nossa dedicação e a enorme confiança que depositamos no Brasil e no nosso povo.

Estou certo de que temos todas as condições para enfrentar os períodos mais agudos desta crise internacional. Pois o Brasil que juntos construímos nestes últimos anos já não é mais o mesmo. É muito mais forte e – sobretudo – consciente de suas conquistas e de suas enormes capacidades de realização.

Brasília, 2 de fevereiro de 2009.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República



I - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
COM INCLUSÃO SOCIAL

2009

I – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM INCLUSÃO SOCIAL

O ano de 2008 evidenciou a solidez das políticas econômicas e sociais deste Governo e representou um duro teste, na forma da crise financeira internacional, ao crescimento econômico. Os objetivos da política governamental, expressos no trinômio crescimento, estabilidade e inclusão social, continuaram a nortear a definição e execução das políticas públicas.

O crescimento da economia brasileira continuou sua trajetória de aceleração, em 2008, até o agravamento da mencionada crise financeira externa. Observou-se uma expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de 6,4% nos três primeiros trimestres de 2008, comparado a igual período do ano anterior. Tal crescimento beneficiou de forma geral as diversas áreas de atividade econômica.

O crescimento da demanda interna, em 2008, com relação ao ano de 2007 resultou mais uma vez da recuperação dos rendimentos reais, do emprego e do crédito. O consumo das famílias cresceu 7,3% no terceiro trimestre de 2008 (vigésimo crescimento consecutivo), sendo que a formação bruta de capital fixo cresceu à expressiva taxa de 19,7% – a maior taxa desde 1995 para o período.

Nos doze meses encerrados em novembro de 2008, a renda total dos trabalhadores expandiu-se 7,2% em termos reais. O emprego continuou sua trajetória ascendente com melhoria de qualidade. O comportamento da criação líquida do emprego formal de janeiro a dezembro de 2008, medido pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego, representou a geração de 1.452.204 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e dois mil e duzentos e quatro) empregos com carteira de trabalho. Esse número é ainda mais expressivo se considerarmos que no último trimestre de 2008 já houve reflexos da crise internacional na economia.

A expansão da renda das famílias teve como contrapartida um forte crescimento do volume do crédito. Esse volume atingiu aproximadamente R\$ 1,2 trilhão, em novembro de 2008, expandindo-se 32,8% em doze meses, e atingindo o correspondente a 40,3% do PIB, contra 33,6% no mesmo mês em 2007. O crédito às pessoas físicas também tem se expandido de forma consistente no período, crescendo 25,0% em doze meses, liderados pela aquisição de bens duráveis.

O expressivo aumento do crédito se fez num contexto de solidez das instituições financeiras públicas e privadas. Isto contrasta de forma significativa com a situação internacional nos meses que precederam a crise financeira, e cria condições para seu enfrentamento. A inadimplência reduziu-se, no período, da média de 4,7 até novembro de 2007 para 4,2% no mesmo período em 2008, mostrando que estão presentes na economia brasileira as condições para a expansão sustentada e controlada do crédito, o que contribuirá para o aumento da demanda nos próximos anos.

A expansão do crédito reflete a confiança das famílias no crescimento da renda e do emprego, e, ao mesmo tempo, realimenta o ciclo de expansão da economia, ampliando a solidez macroeconômica e a propensão das instituições financeiras a conceder empréstimos. O Governo, ante a crise internacional, tem atuado para a manutenção, mesmo que em menor ritmo, desse círculo virtuoso.

Após a eclosão da crise, o Governo tomou diversas medidas para manter a liquidez das instituições financeiras e evitar o estancamento do crédito. De modo a assegurar a liquidez no mercado de moeda nacional, foram modificadas as exigências

referentes aos recolhimentos compulsórios. Quanto ao mercado externo, foram adotadas medidas no sentido de estimular a manutenção de recursos para contratação e renovação de financiamento para exportadores.

Paralelamente, durante o ano de 2008, continuaram as iniciativas do Governo para aumentar a concorrência entre as instituições financeiras e diminuir o risco das operações de crédito. Novamente em contraste à situação internacional, a supervisão e regulação financeira no País cumpriram seu papel, sustentando o ambiente institucional de negócios.

Deve ser destacada no ciclo atual a expansão do crédito imobiliário. O nível dessa modalidade de crédito no Brasil ainda é baixo em relação aos padrões internacionais, sendo que a tendência é sua expansão nos próximos anos. Em 2008, foram tomadas medidas como a ampliação dos limites de financiamento para aquisição de material de construção e a constituição de linhas de capital de giro específicas para o setor habitacional. Em 2009, o Governo continuará a implementar medidas para a expansão sustentada do crédito imobiliário.

No que se refere às conseqüências do agravamento da crise financeira internacional, especialmente em relação aos países do hemisfério Norte, a primeira ocorreu com a abrupta desvalorização de ativos financeiros e patrimoniais, a redução da oferta de crédito e da liquidez e a perda da confiança quanto à saúde de algumas instituições do sistema financeiro. Num segundo momento, as vendas se reduziram, o crescimento se desacelerou e as *commodities* tiveram seus preços diminuídos. No Brasil, houve a percepção de que os impactos da crise seriam sentidos em três eixos básicos: na oferta de crédito e nas taxas de juros; na taxa de câmbio; e no desempenho macroeconômico.

A resposta do Governo para amenizar esses impactos se fez por meio de dois tipos de medidas. No curto prazo, implementou medidas para assegurar o fluxo de recursos para os setores mais intensivos em crédito. No médio prazo, adotou a política anticíclica para enfrentar a redução no ritmo do crescimento.

Entre as principais medidas adotadas, temos a redução do compulsório e a agilização das operações de redesconto, no mercado interbancário, juntamente com a atuação do Banco Central em leilões e *swaps* no mercado cambial e de exportação. Adicionalmente, foram adotadas medidas para financiamento da agricultura, como a antecipação de desembolsos do Banco do Brasil, o aumento do direcionamento dos recursos obrigatórios, como poupança e exigibilidades de depósitos bancários, a abertura de linhas especiais de comercialização, a garantia de preço mínimo, o diferimento do pagamento de impostos e a aceleração da devolução de créditos tributários. No tocante ao financiamento do investimento e da produção, o aumento do crédito em bancos públicos, e especialmente a manutenção dos patamares de desembolso do BNDES, aportes ao Fundo de Marinha Mercante e crédito para capital de giro, pré-embarque e empréstimos-ponte foram as principais medidas adotadas. O apoio à construção civil também foi objeto de várias medidas específicas.

De modo a estimular o consumo, o Governo baixou alíquotas de impostos de bens duráveis e criou alíquotas intermediárias para o Imposto de Renda das Pessoas Físicas, reduzindo igualmente o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou Relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) para crédito direto a pessoas físicas.

O atual ciclo expansivo manteve no exercício passado seu caráter inclusivo, o que o faz diferir dos ciclos anteriores. Ampla parcela da população antes marginalizada vem sendo incluída no mercado de consumo e de crédito, reforçando

o ciclo virtuoso da economia. Dessa forma, observa-se a continuação da forte expansão da classe média, e a redução das parcelas que anteriormente estavam alijadas dos instrumentos de crédito e do consumo. O Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas apresentou dois estudos recentes que mapearam a nova classe média brasileira. Segundo os estudos, essa classe cresceu de 37,6% para 50% da população entre 2004 e 2008. Isso tem ocasionado nos últimos anos um bom desempenho do comércio: a taxa de crescimento das vendas no comércio varejista passou de 5,1% para 10,2% entre agosto de 2006 e fevereiro de 2008, e posteriormente estabilizou-se em patamar próximo a 10%, segundo o IBGE.

A crise financeira internacional fez ressurgir as dúvidas quanto à sustentabilidade desse ambiente de forte expansão da renda e do consumo. Apesar de toda a turbulência internacional, acredita-se que estão dadas as condições para enfrentamento da crise. Observando os fatores macroeconômicos, tais como a inflação ou as contas externas, pode-se verificar a maior sustentabilidade do momento atual. Não existe um descompasso permanente entre o ritmo de crescimento da demanda e o ritmo de expansão da capacidade produtiva da economia. Tampouco ocorre um desequilíbrio nas contas públicas, outro fator a interromper os ciclos de crescimento no passado. Ao contrário, neste momento em que os mercados internacionais apresentam enorme volatilidade, o setor público pode exercer a contento seu papel anticíclico, pois dispõe de margem de manobra para usar incentivos fiscais. Isso porque o Governo Central vem apresentando superávit primário acima de 2% do PIB, efeito do crescimento das receitas acima do aumento das despesas, além do considerável superávit dos Estados e Municípios.

Em valores acumulados até setembro de 2008, a receita líquida total acumulada em 12 meses cresceu 17,2% acima do crescimento da despesa. A dívida pública, cujo controle é fator essencial para garantir a confiança na moeda nacional e o financiamento da economia estava em 34,9% do PIB no mês de novembro de 2008, um recorde para o período recente.

Enquanto no padrão anterior dos ciclos de crescimento, no qual mecanismos de financiamento, especialmente os inflacionários, compunham um quadro perverso com endividamento externo sem controle e endividamento público sem limites, o ciclo atual procura construir instrumentos mais eficientes de intermediação da poupança privada e utilizar mais adequadamente a poupança pública, sem comprometer o equilíbrio macroeconômico para atingir objetivos a curto prazo. O ritmo de expansão dos investimentos continuou forte, fazendo com que a ampliação da capacidade produtiva resultante desses investimentos viabilize o atendimento de uma demanda que, com as medidas adotadas, deverá continuar robusta, sem pressionar os preços ou gerar desequilíbrios excessivos nas contas externas.

Outra variável-chave que permaneceu sob controle foi a inflação. Mesmo a excepcional alta do preço do petróleo e de algumas matérias-primas verificada durante o ano de 2008 não provocou o descontrole inflacionário no Brasil. Ao contrário, a despeito da magnitude dos choques externos, a inflação acumulada no ano ficou dentro do intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) pelo quinto ano consecutivo, com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrando uma variação de 5,9%, no ano passado.

O resultado com a inflação decorre do compromisso do Governo com a estabilidade dos preços e da seriedade na condução da política monetária. Ao longo do ano passado, a taxa básica de juros foi inicialmente mantida constante, e posteriormente aumentada, atingindo 13,75% em setembro, nível no qual foi mantido até dezembro. Em janeiro de 2009, houve a redução de um

ponto percentual nessa taxa. A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) foi mantida no mesmo patamar de 6,25% a.a. durante todo o ano, o seu menor nível histórico.

A solidez das contas externas também se evidenciou no ano de 2008. Não obstante o cenário externo restritivo já desde o final de 2007, e considerando o agravamento a partir de setembro de 2008, as reservas internacionais do Brasil, que em dezembro de 2007 atingiram US\$ 180 bilhões, alcançaram o total de US\$ 206,8 bilhões em 2008, correspondendo a mais do que o dobro da dívida externa pública. Essas reservas também são maiores do que a totalidade da dívida externa do País. Esse resultado decorreu de um forte influxo de divisas destinadas, em grande parte, a investimentos diretos – que nos últimos 12 meses alcançaram o recorde histórico de US\$ 45,1 bilhões, mesmo levando em conta a deflagração da crise.

A importância da solidez dessas contas é fundamental para tornar o País menos vulnerável às alterações nos fluxos de divisas decorrentes de mudanças no cenário internacional. Nossas transações comerciais mantiveram um bom desempenho em 2008, sendo que o saldo da balança comercial fechou o ano com um superávit de US\$ 24,7 bilhões, refletindo a expansão tanto das exportações – que cresceram 23,2% – quanto das importações, cujo crescimento foi de 43,6%.

A indústria brasileira mostrou grande capacidade de superar os problemas internos nos três primeiros trimestres do ano e sua desaceleração foi menor do que em outros países, após o agravamento da crise. A desvalorização cambial encetada desde então passará agora a contribuir para reforçar sua competitividade no médio prazo. As razões para a boa performance da indústria são o crescimento da produtividade, até setembro de 2008, e da taxa de formação bruta de capital fixo. Em que pesem as dificuldades a serem enfrentadas neste primeiro trimestre de 2009, existem condições para uma retomada no restante do ano.

Deve-se considerar, também, a solidez das contas fiscais. Em 2008, assim como nos anos anteriores, a combinação de um elevado superávit primário com a diminuição do custo da dívida pública viabilizou uma redução relevante do déficit nominal – que alcançou seu menor nível histórico, ficando, nos doze meses encerrados em novembro, em 1,2% do PIB. O reiterado compromisso deste Governo com a manutenção da solidez fiscal mantém a perspectiva de eliminação completa do déficit nominal do setor público ao longo dos próximos anos.

Como consequência da gestão fiscal, a dívida líquida do setor público seguiu em queda, reduzindo-se de 42% do PIB no final de 2007 para 34,9% do PIB em novembro de 2008. O Tesouro Nacional continuou o processo de alongamento e de melhoria da composição da dívida pública, reduzindo ainda mais o risco de volatilidade nos próximos anos.

A estabilidade macroeconômica, em particular a estabilidade dos preços, permitiu uma forte expansão do mercado de capitais no Brasil até o agravamento da crise. O novo ambiente decorrente da crise desestabilizou o mercado por algumas semanas, mas, ainda assim, as emissões primárias no mercado de capitais atingiram o total de R\$ 129 bilhões, praticamente o mesmo número verificado no ano anterior. Destes, aproximadamente R\$ 50 bilhões ocorreram em operações diretamente relacionadas à capitalização das empresas via emissão de ações ou fundos de participação.

Outro destaque de 2008 foi a importante participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na concessão de crédito, cujos desembolsos alcançaram a marca recorde de R\$ 92,2 bilhões. Nesse mesmo período, o Governo reforçou a capacidade de financiamento do BNDES, autorizando aportes do Tesouro Nacional naquela instituição

que totalizaram R\$ 27,5 bilhões, sendo R\$ 12,5 bilhões por meio da Medida Provisória (MP) nº 414, no mês de janeiro, e R\$ 15 bilhões por meio da Medida Provisória nº 439, no mês de agosto, além de ter autorizado o repasse de recursos captados junto ao Banco Mundial (BIRD) no valor de U\$ 2 bilhões, por meio da Medida Provisória nº 450, no mês de dezembro. Ainda em termos de recursos para as operações do BNDES, o Conselho Curador do FGTS aprovou a liberação de R\$ 6 bilhões em títulos, em agosto do referido exercício, e, posteriormente, em outubro, de mais de R\$ 7 bilhões provenientes do Fundo de Investimento (FI) do FGTS.

Destaque também foi o volume de operações de crédito da CAIXA, totalizando R\$ 69,2 bilhões no terceiro trimestre de 2008, um crescimento de 33% em relação ao mesmo período de 2007. Já as operações de crédito do Banco do Brasil atingiram R\$ 175 bilhões até setembro de 2008, um aumento de 35,6% em relação ao mesmo período de 2007. A poupança pública contribui assim, efetivamente, para a sustentabilidade do crescimento, atuando de forma anticíclica e compondo com a poupança privada as condições para a elevação consistente do investimento.

Assim, seja do ponto de vista da consistência macroeconômica – estabilidade dos preços, solidez das contas externas e gestão fiscal responsável –, seja do ponto de vista da adequação dos mecanismos de financiamento, e a despeito da gravidade da crise externa, o atual ciclo de crescimento da economia brasileira tende a ser mais sustentável que os ciclos de expansão das últimas décadas.

A continuação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tem como principal objetivo promover investimentos públicos e privados em infra-estrutura energética e de transportes, também deve prosseguir alavancando o crescimento neste e nos próximos anos, contribuindo decisivamente para a eliminação de gargalos ao crescimento.

O PAC, além de definir prioridades de investimentos, fundamenta-se em mecanismos adequados de financiamento da infra-estrutura com recursos públicos, procurando preservar a consistência fiscal de longo prazo. Esse Programa avançou consistentemente em 2008: de janeiro a outubro foi empenhado um valor 34,3% maior do que em 2007; os pagamentos cresceram 87%. Das 2.198 ações monitoradas em setembro, 193 estão concluídas – um investimento de R\$ 30,6 bilhões, dividido em 87 ações da infra-estrutura logística e 106 da energética.

O Comitê Gestor do PAC avaliou, em setembro de 2008, que 83% das ações estavam com andamento adequado. Do total das ações, 59% estavam em obras e 32% em fase de projeto, licenciamento ou licitação. Grande esforço foi feito no sentido de concessão de 43 licenças ambientais pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e na liberação de 65 empreendimentos pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Dentre os principais destaques do PAC, em 2008, estão a conclusão de 94 km do trecho norte da Ferrovia Norte-Sul; a entrega de 3.343 km de pavimentação de rodovias; a segunda etapa do programa de concessões de estradas federais; as 53 novas embarcações para a Marinha Mercante; a geração de mais 1.314 MW de energia elétrica e a extensão de 3.281 km de linhas de transmissão; a licitação das Usinas Hidrelétricas (UHEs) do Rio Madeira, sendo uma ao final de 2007 e outra em 2008, totalizando 6.450 MW; a descoberta de novas reservas de petróleo e gás; e o início das obras dos Eixos Leste e Norte do projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional. O PAC também prossegue na recuperação da capacidade de planejamento de longo prazo e de gestão de investimentos por parte do setor público. Com tudo isso, este Programa consolida o Estado como indutor e catalisador do desenvolvimento, com destacado papel anticíclico.

Outro conjunto de investimentos de importância absolutamente fundamental para o crescimento futuro do País é o Pré-sal. A descoberta de enormes reservas na camada de Pré-sal brasileira modificou de forma radical o papel do País com relação à energia. Atualmente, o Brasil possui reservas comprovadas de aproximadamente 14 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), e somente as novas descobertas já anunciadas pela Petrobras significam aumento de mais de 100% nas reservas nacionais. Caso as estimativas de mercado se confirmem, o Brasil poderá se tornar um dos maiores detentores de reservas de petróleo do mundo, próximo da Venezuela, que possui reservas de aproximadamente 87 bilhões de boe. Durante o ano de 2008, o Governo deu início à discussão sobre a melhor maneira de fazer com que os benefícios dessa riqueza sejam distribuídos da melhor forma a toda a população brasileira, por meio do direcionamento dos recursos provenientes da exploração para melhoria da qualidade de vida da população atual e futura.

A exploração da camada Pré-sal traz desafios importantes tanto do ponto de vista tecnológico quanto financeiro. A decisão estratégica de utilizar essa oportunidade para adensar a cadeia produtiva da indústria do petróleo no Brasil implicará, ainda, esforço adicional. Cálculos preliminares estimam investimentos da ordem de US\$ 700 bilhões a serem realizados nas próximas décadas. O esforço para equacionar o financiamento será um enorme desafio, e oferecerá condições de manter a demanda do País com vistas a proporcionar uma riqueza futura.

A gestão da política econômica exemplifica a centralidade da inclusão social. Medidas destinadas a desonerar a cesta básica, melhorar o acesso ao crédito, financiar pequenos produtores e facilitar os trâmites para aposentadoria procuraram sustentar a renda dos menos favorecidos. Outras ações buscaram reforçar os direitos humanos básicos e combater as desigualdades raciais e de gênero. Em 2008, o Bolsa Família atingiu 10,55 milhões de famílias. Os gastos com o programa representaram 0,41% do PIB.

Dentre os programas sociais, além do Bolsa Família, deve ser destacado o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação). Na Educação Básica, a adesão das unidades da Federação ao plano foi concluída. Outro avanço foi efetivado com a criação do piso salarial nacional para professores de escolas públicas, que foi regulamentado pela Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, fruto de projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, em 2007.

Considerando as metas e resultados do PDE, dos 850 pólos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) previstos para 2011, 558 foram implantados até novembro de 2008. No Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), foram investidos de R\$ 3,2 bilhões, até novembro desse exercício. Diversas outras medidas (ProInfância, Caminho da Escola, Proinfo, Brasil Alfabetizado) procuraram melhorar qualitativamente o ensino básico e apoiar a expansão do ensino técnico, criando novas escolas, novas universidades federais e novos *campi*. Tudo isso parte do princípio de que a inclusão social somente se sustentará no futuro se criarmos agora condições para educar a população brasileira.

Diversos programas específicos foram implementados ou acelerados no ano de 2008, como o Projovem, que teve aproximadamente 436.000 vagas preenchidas até novembro de 2008; o PAC Funasa, que destina para o período 2007/2010 R\$ 4 bilhões para saneamento básico em pequenas comunidades e áreas quilombolas, indígenas, assentamentos e de interesse epidemiológico; e o Programa Mais Saúde, que conseguiu resultados expressivos até novembro de 2008, como a implantação de 509 farmácias populares, para uma meta de 400, a formação de 29.200 equipes de Saúde da Família e a implementação de 671 centros odontológicos.

No Programa Territórios da Cidadania, o maior programa focado em áreas rurais pobres já implementado no País, foi promovida a implantação de 60 territórios em 2008, envolvendo 963 Municípios, beneficiando 1,3 milhão de famílias de assentados da reforma agrária, agricultores familiares, quilombolas, indígenas, pescadores e comunidades tradicionais. Para 2009, está prevista a aplicação de R\$ 12,9 bilhões em 178 ações.

Ainda que o Brasil permaneça um País desigual, os avanços realizados nos últimos anos são significativos, especialmente se comparados a outros países em desenvolvimento. O pujante mercado interno, que foi sensivelmente aumentado nos últimos seis anos, terá um papel de destaque na superação da crise internacional.

Dentre as medidas anticíclicas para enfrentar a crise destaca-se também a manutenção do investimento social, que garante uma rede de proteção aos mais pobres e sustenta o nível de demanda. A Política de Valorização do Salário Mínimo, juntamente com o Bolsa Família, não apenas garante direitos, mas proporciona simultaneamente a expansão do mercado interno, reduzindo a pobreza e a desigualdade. A geração de mais renda possibilita concomitantemente mais consumo e, assim, mais produção e mais emprego, configurando um ciclo virtuoso de desenvolvimento.

Os resultados da inclusão social já foram estatisticamente comprovados por diversos estudos técnicos. Exemplo disso foi o estudo publicado em agosto de 2008 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre “Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitanos”, segundo o qual a pobreza caiu nas seis principais regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), de 35% da população em 2003, para 24,1% em 2008.

É de fundamental importância ressaltar que o atual ciclo de crescimento une inclusão social e redução das desigualdades de renda como componentes fundamentais da política de desenvolvimento. Assim sendo, os resultados dos investimentos nas políticas sociais dos últimos anos já são observados nos principais indicadores, como já exemplificado. No período de 2001 a 2007, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), comprovou a ocorrência da maior redução histórica no coeficiente de Gini, que mede a desigualdade de renda: já são seis anos de queda contínua na desigualdade. Tal resultado deve ser ratificado com os dados de 2008.

No que se refere aos aperfeiçoamentos institucionais, em 2008 continuou a agenda de reformas com a aprovação e a implementação de medidas com impacto relevante sobre o funcionamento de nossa economia.

A criação do Fundo Soberano foi a maneira de atrelar a prosperidade presente ao bem-estar das gerações futuras. Outra iniciativa em termos de reforma institucional foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária, além da elaboração de novo marco institucional para determinados setores da área de infra-estrutura, a exemplo do setor portuário.

Entre as mudanças institucionais, pode-se destacar, cronologicamente: em abril, a redução da CIDE sobre combustíveis para evitar o aumento da gasolina e atenuar aumento no diesel; em maio, a ampliação das quotas de importação de trigo e desoneração de trigo, farinha e pão francês do PIS-COFINS, e a renegociação da dívida agrícola pela Medida Provisória nº 432, além da submissão da proposta do citado Fundo Soberano ao Congresso Nacional; no mesmo mês, o lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo; em setembro, a criação de um Grupo de Trabalho para elaborar a proposta para o Pré-sal.

Esses são apenas alguns exemplos dos avanços institucionais implementados em 2008, os quais foram complementados por uma série de outras medidas de alcance mais restrito, mas que, no conjunto, contribuem de forma relevante para o funcionamento mais eficiente de nossa economia.

Para 2009, considera-se que a manutenção do ritmo dos investimentos não deve ser comprometida para sustentar o crescimento. O Governo pretende ampliar a execução de obras, como as do PAC, reduzir gastos de custeio, executar investimentos por meio das empresas estatais, bem assim implementar outras medidas de estímulo à atividade econômica.

Em suma, a combinação do aumento da renda, da manutenção da rede de proteção social, da redução esperada da inflação e das taxas de juros faz com que a agenda de política econômica e social para 2009 possa contemplar, mesmo com dificuldades no início do ano, um horizonte com manutenção do crescimento e da estabilidade macroeconômica com inclusão social.